

Relatório de atividades 2009





CPRH Agência
Estadual de
Meio Ambiente

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2009





Sumário

Apresentação	9
Quem somos	10
1.0 Um ano para entrar na história	11
2.0 Licenciamento	15
2.1 Avaliação de Impacto Ambiental	16
2.2 Audiências Públicas	16
Audiência Pública da Via Mangue atrai interesse da população.....	17
2.3 Licenciamento Florestal	17
2.3.1 Reserva Legal.....	17
2.3.2 Manejo Florestal Sustentável.....	18
2.3.3 Carvoejamento	18
2.3.4 Uso Alternativo do Solo	18
2.4 Licenciamento em Recursos Hídricos	18
CPRH é pioneira no licenciamento em alto-mar	19
3.0 Fiscalização	21
3.1 Fiscalização Florestal.....	21
A Tropa de Elite da CPRH	22
3.2 Fiscalizando fontes poluidoras.....	23
4.0 Monitoramento	25
4.1 Monitoramento em Recursos Hídricos	25
Fiscais da CPRH monitoram o rio Capibaribe	26
4.2 Geoprocessamento.....	26
Tecnologia de ponta a serviço do meio ambiente	27
4.3 Unidades de Conservação	28
4.3.1 APA de Guadalupe	28
4.3.2 Estação Ecológica de Caetés.....	28
4.3.3 Reserva Ecológica Matas do Sistema Gurjaú	28
Praia de Carneiros tira lixo da paisagem	29
4.4 Termos de Compromisso, de Ajustamento de Conduta e Convênios.....	29
4.4.1 Termos de Compromisso	29
4.4.2 Termos de Compensação Ambiental	30
4.4.3 Termos de Convênio	30
5.0 Comunicação e Educação Ambiental	31
5.1 Semana do Meio Ambiente.....	32
5.2 Semana da Água.....	34
5.3 Mobilizações	34
Missão Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade no meio ambiente	35
5.4 Minicursos	36
5.5 Portal da CPRH.....	36
5.6 Comunicação Social.....	37



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Eduardo Henrique Accioly Campos

Governador

Luciana Santos

Secretária de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

Hélvio Polito Lopes Filho

Secretário Executivo de Meio Ambiente

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CPRH

Hélio Gurgel Cavalcanti

Diretor Presidente

Nelson José Maricevich Ramirez

Diretor de Gestão Territorial e Recursos Hídricos

Waldecy Ferreira Farias Filho

Diretor de Controle de Fontes Poluidoras

Maria Lúcia Ferreira da Costa Lima

Diretora de Recursos Florestais e Biodiversidade

Aloysio Costa Júnior

Diretor Técnico Ambiental

Márcio Silveira de Azevedo

Ouvidor Ambiental

Maria Martha Cavalcanti Padilha

Chefe de Gabinete

Presidente da Câmara Permanente de Licitação

Francicleide Palhano de Oliveira

Chefe do Núcleo de Comunicação Social e Educação Ambiental

Paulo Henrique Camaroti da Silva

Chefe do Núcleo de Avaliação de Impacto Ambiental

Josberto Rocha Sobrinho

Coordenador de Gestão

Nilson Nigro Botelho Filho

Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicação

José Antônio Marques Delgado

Coordenador Técnico

Hélio Fernando Montenegro Burgos

Coordenador Jurídico

PARTICIPARAM DA ELABORAÇÃO DESTE RELATÓRIO

Aline Fonseca de Oliveira

Gerente da Unidade de Gestão Costeira

Gabriel Miranda Bezerra

Gerente da Unidade de Direito Ambiental

Henrique de Oliveira Lira

Gerente da Unidade de Licenciamento Ambiental

José Luciano Correia de Oliveira

Gerente da Unidade de Monitoramento de Fontes Poluidoras

Juliana Passos de Castro

Gerente da Unidade de Direito Administrativo

Lívia Ribeiro de Oliveira

Gerente da Unidade de Serviços Administrativos Gerais

Lúcia Maria Alves e Silva

Gerente da Unidade de Educação Ambiental

Marcos José Lacerda

Gerente da Unidade de Geoprocessamento

Maria Alice Areias Freitas

Gerente da Unidade de Execução Orçamentária e Financeira

Maria Cândida Portela Ferreira da Costa

Gerente da Unidade de Análises Laboratoriais

Maria das Graças Cruz Mota

Gerente da Unidade de Fiscalização de Fontes Poluidoras

Maria do Rosário Cezar Malheiros

Gerente da Unidade de Análise de Fontes Poluidoras

Maria Lúcia Albuquerque da Silva

Gerente da Unidade de Recursos Humanos

Maria Vileide Ataíde de Barros Lins

Gerente da Unidade de Controle e Monitoramento Florestal

Mônica Maria de Lucena Macedo

Gerente da Unidade de Desenvolvimento Institucional

Nahum Tabatchnik

Gerente da Unidade de Gestão de Unidades de Conservação

Romero Duarte Suassuna Cavalcanti

Gerente da Unidade de Núcleo de Autos e Infrações Ambientais

Ronaldo Cezar Bonfim Santos Junior

Gerente da Unidade de Desenvolvimento e Conservação Florestal

Veronilton Pereira de Farias

Gerente da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos

Vilalba Soares de Mendonça

Gerente das Unidades Integradas de Gestão Ambiental

Edição de Textos

Álvaro Filho

Luciana Falcão

Diagramação

Rilei Design

Fotos

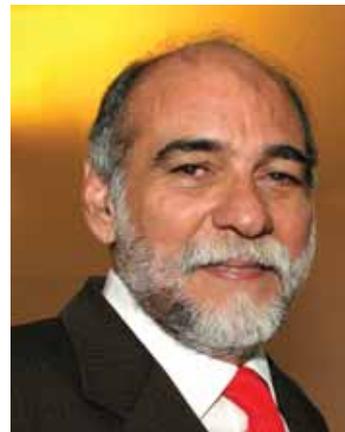
Arquivo da CPRH

Tiragem desta edição

200 exemplares

Apresentação

A Agência de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco termina o ano de atividades, colhendo resultados que se vêem a seguir no presente relatório anual que passamos às suas mãos. São dados, números e informações que ressaltam o resultado de um trabalho que foi iniciado em 2007. A sua leitura demonstra que houve considerável progresso, a partir da situação anterior. No Governo Eduardo Campos a Agência passou a desfrutar de uma nova condição, quando foi focalizada como alvo para uma reestruturação, dentro do programa de metas prioritárias do Governo. Essa adequação era imprescindível para a atuação do órgão ambiental, que se encontrava muito defasado em sua estrutura. O conjunto das obras pretendidas pelo Governo do Estado exigia uma nova condição na questão ambiental. Assim, passos fundamentais foram dados. Hoje, se pode falar, sem sombra de dúvida, de uma nova CPRH. A Agência Ambiental foi fortalecida a partir de decisões que permitiram uma correção legal. Através de leis e decretos, a base foi formatada. Em seguida, com a realização de um concurso público, que permitiu o ingresso de um contingente de técnicos que se incorporaram à autarquia, passou a responder com mais agilidade às demandas públicas e privadas. A modernização de tramitação de licenças recebeu o conceito de um novo sistema de processamento de dados, que adota uma alta tecnologia baseada em plataforma de uso público. Uma nova frota foi adicionada para os essenciais serviços externos de fiscalização e monitoramento; a adequação da sede e o projeto de uma nova sede passaram a ser realidade no conjunto de ações efetivas. Sob o lema de que é trabalhando que se constrói, foram estabelecidas bases éticas para se alcançar um profissionalismo no serviço público. A Agência Estadual de Meio Ambiente logrou ao fim desse terceiro ano de atividades no novo governo, firmar uma posição que lhe permite hoje estar aparelhada para alcançar a maturidade a que se propõe em sua área de atuação. A recente e óbvia atenção que o meio ambiente vem despertando reforça a necessidade de uma instituição forte e respeitada para a defesa dos interesses ambientais de Pernambuco. O trabalho continua em curso, e está sendo possível graças ao empenho, profissionalismo e dedicação dos que hoje fazem a instituição, comprometidos com os resultados para um Pernambuco melhor, objetivando oferecer um serviço público de alta qualidade.



Boa leitura.
Hélio Gurgel
Diretor Presidente

Na conformidade da Lei nº 12.916 de 08 de novembro de 2005, que dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações administrativas ambientais, e dá outras providências, a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) é órgão responsável pela execução da política estadual de meio ambiente e de recursos hídricos, e tem como missão exercer a função de órgão ambiental, com atuação na proteção, conservação e pesquisa aplicada às atividades do controle ambiental, para o aproveitamento dos recursos naturais do Estado.

A Agência Estadual de Meio Ambiente, criada pela Lei Complementar nº 049, de 31 de janeiro de 2003, é entidade autárquica especial estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco - Sectma.

É regulamentada pelo Decreto nº 30.462 de 25 de maio de 2007, alterado pelo Decreto número 31.818 de 21 de maio de 2008. Em 15 de dezembro de 2009, a Lei nº 13.968 transfere a execução das políticas estaduais de recursos hídricos para a Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos. A responsabilidade da Agência pelo licenciamento e fiscalização de atividades relacionadas à preservação das riquezas hidrográficas do Estado, no entanto, ficam mantidas.

Integra assim, como autarquia, a Administração Descentralizada do Governo do Estado de Pernambuco, exercendo atividades

públicas diretamente, exclusivas e concorrentes da competência do Poder Executivo.

É detentora de poder de polícia administrativa, atuando através da gestão dos recursos ambientais e sobre as atividades e os empreendimentos utilizadores dos recursos naturais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou que possam causar, sob qualquer forma, degradação ambiental.

A CPRH age no controle de fontes poluidoras, na proteção e conservação dos recursos naturais, na educação ambiental como ferramenta para a gestão ambiental, bem como no desenvolvimento de pesquisas voltadas para a melhoria da qualidade ambiental.

Para exercer as suas funções, a CPRH atua mediante os seguintes instrumentos de política ambiental: licenças ambientais e autorizações, fiscalização, monitoramento e educação ambiental.

Atualmente, a Agência Estadual de Meio Ambiente vem implementando um processo de descentralização do controle ambiental por meio de parcerias firmadas com as Prefeituras Municipais na instalação de Unidades Integradas de Gestão Ambiental (Uigas), em Ribeirão, Nazaré da Mata, Petrolina, Araripina e Garanhuns. A parceria com os municípios é realizada também através das Salas Verdes instaladas nas unidades municipais, a exemplo de Tamandaré, onde a Sala Verde funciona na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe, administrada pela CPRH.

Um ano para entrar na história

Mais força para defender o meio ambiente e a qualidade de vida dos pernambucanos. A Agência Estadual de Meio Ambiente viveu em 2009 um ano histórico em mais de três décadas de existência, registrando ações positivas em todos os setores, garantindo a agilidade no cumprimento da legislação ambiental em defesa dos recursos naturais do estado e do bem estar dos cidadãos.



HISTÓRICO *Investimento em estrutura e pessoal garantiu um 2009 de importantes conquistas para o meio ambiente*

O ano começou com a posse dos novos concursados. Mais de 200 servidores aprovados no concurso público realizado em 2008 assumiram seus cargos nos últimos 12 meses, aliando a motivação de quem está começando com a experiência dos funcionários presentes na casa. A equação provocou uma revolução na velocidade em que a CPRH licencia e fiscaliza os empreendimentos públicos e privados em Pernambuco, além de promover a consciência “verde” na população através de ações em educação ambiental.

O volume de novos contratados natural-

mente aumentou a folha de pagamento da CPRH, estabelecendo um valor recorde: R\$ 937.564,08. Quase o dobro do montante investido em 2007 (R\$ 474.338,92), só para se ter um exemplo. A valorização dos funcionários seguiu com um investimento também na qualificação do quadro. Até outubro, 119 treinamentos foram realizados, um marco, levando-se em consideração que se somados o número de capacitações de 2007 e 2008 se chega a modestos 66.

As capacitações dos funcionários da CPRH abordaram temas diversos ligados ao meio

ambiente, como oficinas para o Combate à Desertificação e Efeitos da Seca, e em Licenciamento Ambiental de Estações de Tratamento de Esgotos e Aterros Sanitários, além de cursos orientando para o controle de espécie exóticas invasoras e até transporte e comercialização de produtos florestais.



CAPACITAÇÃO
CPRH não poupou esforços para garantir treinamento aos funcionários

A formação dos funcionários da Agência extrapolou as fronteiras de Pernambuco, com a realização de cursos até em outros estados, como o de formação de auditor ambiental (Juazeiro do Norte/CE), e de remediação de áreas degradadas por hidrocarbonetos (Salvador/BA).



VELOCIDADE *Aquisição de nova frota imprimiu mais agilidade na fiscalização ao meio ambiente*

Além do investimento em recursos humanos, a CPRH conheceu também avanços nas condições de trabalho, triplicando o número de veículos da frota em atividade na instituição. Além da fiscalização de denúncias, os novos veículos da CPRH vão agilizar ainda os processos de vistorias

dos agentes, tanto no que diz respeito à liberação de novas licenças ambientais, quanto na renovação dos licenciamentos em curso, evitando assim possíveis atrasos nos prazos, contribuindo para que Pernambuco continue a crescer em consonância com o respeito à natureza.

Pensando também em ganhar tempo e agilidade para cumprir o seu papel, a CPRH começa a botar em funcionamento novas Unidades Integradas de Gestão Ambiental (Uigas) no interior de Pernambuco. Em ja-



GARANHUNS *CPRH interioriza ainda mais as ações com a implantação de unidades de atendimento pelo Estado*

neiro, um convênio de cooperação técnica-administrativa firmado com a Prefeitura de Garanhuns foi o primeiro passo para a implantação de uma Uiga no município, pronta para receber os aprovados no concurso público.

O processo vai se repetir em Caruaru. Em agosto, um termo de permissão de uso já foi assinado entre a CPRH e a Secretaria de

Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco (Sectma), além de um compromisso de cooperação técnica firmado

Os investimentos em estrutura física vão culminar com a construção da nova sede da Agência. O projeto, divulgado em 2008,



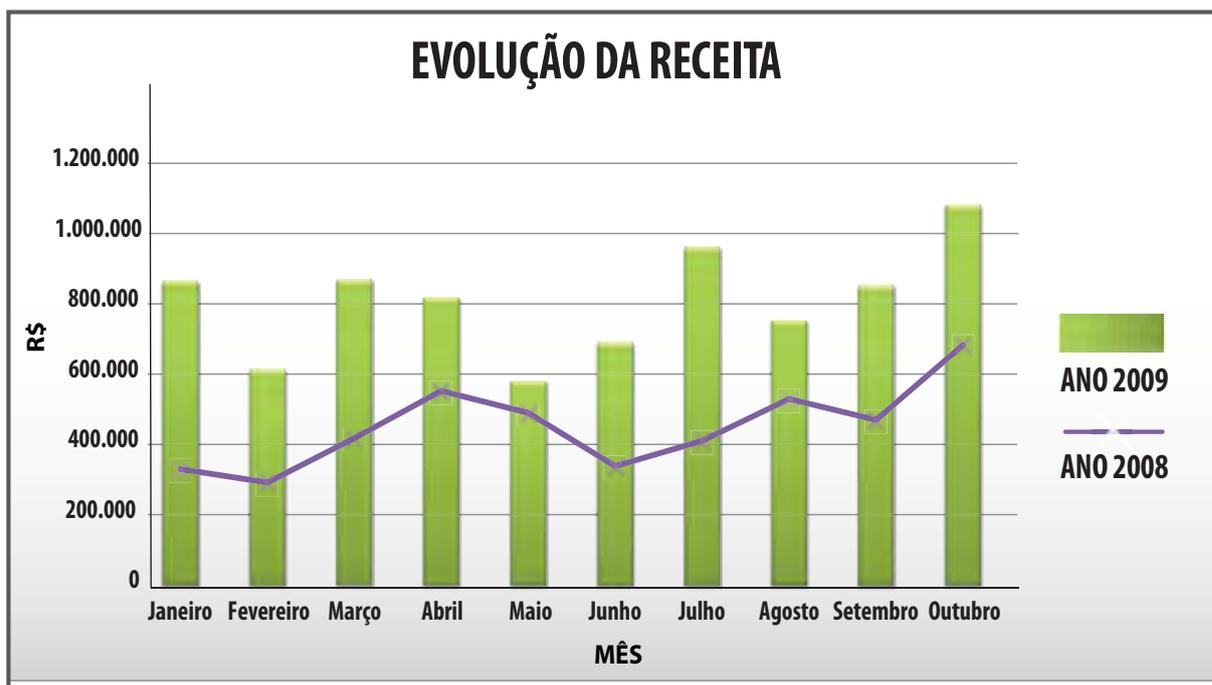
INTEGRAÇÃO *Nova sede da CPRH terá “arquitetura verde” e abrigará outros órgãos ligados à defesa do meio ambiente*

prevê a construção de um prédio concebido com “arquitetura verde”, em um terreno cedido pela Prefeitura do Recife, a poucos metros da sede atual. A obra, na fase de captação de recursos, tem previsão de início ainda para 2010. Tudo graças ao sistema de construção em módulos, que de

com o Ibama, em novembro, vão dar subsídios para os novos servidores aprovados trabalharem na “Capital do Agreste”. A CPRH começa a estruturar a implantação de mais uma Uiga, desta feita no Arquipélago de Fernando de Noronha.

acordo com os engenheiros, levaria cerca de oito meses para ser concluído.

Além do projeto arquitetônico sustentável, a nova sede da CPRH vai ainda promover a integração dos órgãos ambientais, sediando também a Secretaria



de Meio Ambiente do Recife e a Delegacia do Meio Ambiente, garantindo maior agilidade na mobilização para realização de fiscalizações e demais ações em conjunto.

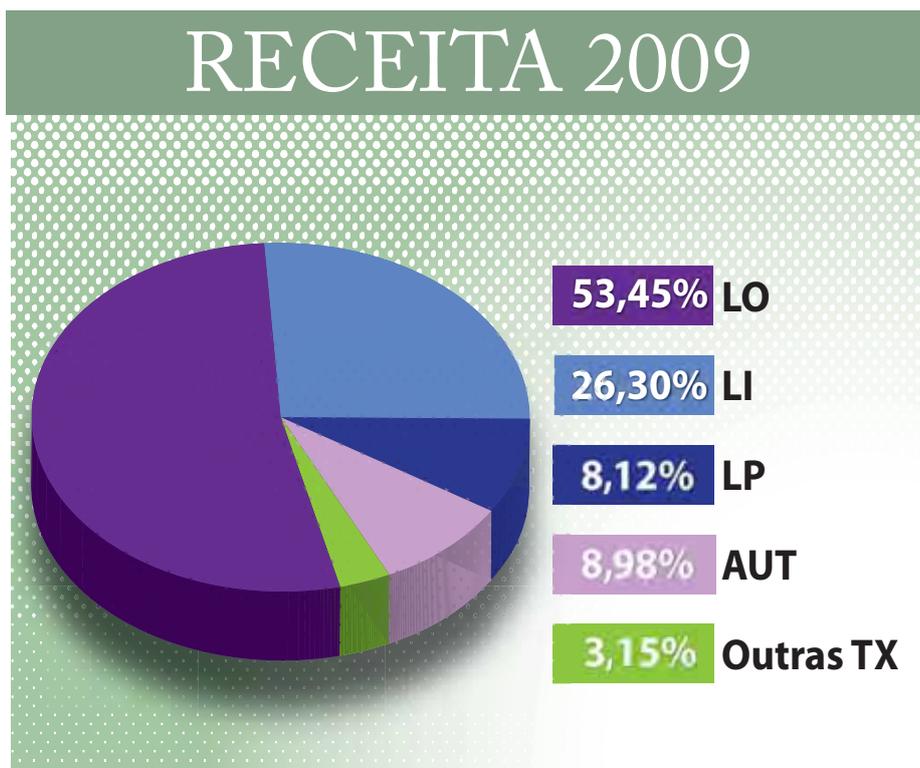
Falando ainda em investimentos, o respeito ao dinheiro do contribuinte também continuou sendo uma preocupação da CPRH em 2009. Apostando na agilidade pertinente à modalidade de pregão eletrônico, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) da Agência obteve em 2009 uma economia nas licitações de R\$ 663 mil.

R\$ 4.5 milhões para R\$ 8 milhões.

O atendimento ao público foi uma das marcas da CPRH em 2009. Instalada na nova gestão, a Ouvidoria da Agência recebeu 845 chamados sobre denúncias a respeito de poluição atmosférica (321), aterros (30), desmatamentos (95), exploração mineral (19), construções (27), lixões (9) e sistemas de esgotamento (64) irregulares, entre outros, além de sugestões e elogios aos serviços do órgão.

A Ouvidoria também atendeu às requisições do Ministério Público de Pernambuco, contabilizando o montante de 698, a respeito de possíveis irregularidades em mais de 50 municípios de Pernambuco. Essas e outras solicitações foram encaminhadas às diretorias responsáveis para que fossem averiguadas.

RECEITA 2009



Além de economizar o dinheiro do contribuinte, a CPRH, impulsionada pelo aumento do quadro funcional e das constantes capacitações, aumentou a receita da Agência, através da emissão das licenças (Prévia, de Instalação e de Operação), das autorizações e outras taxas. Numa comparação com 2008, a receita deste ano quase que dobrou, saindo de

Para melhorar ainda mais o serviço, a CPRH realizou em novembro uma capacitação para 30 funcionários que se relacionam diretamente com o público, como os da própria Ouvidoria e dos setores de Recepção e Protocolo, este último, por sinal, responsável pelo atendimento em média de cem pessoas por dia.

Licenciamento



Cabe a CPRH emitir as licenças necessárias para a instalação e operação de qualquer empreendimento com potencial poluidor em Pernambuco. Após a análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a Agência emite uma Licença Prévia (LP), mediante a observação de exigências técnicas, a fim

de garantir a manutenção da qualidade do meio ambiente. As licenças de Instalação (LI) e de Operação (LO) são os passos seguintes no processo, sempre sob a vigilância atenta de quem tem a grande responsabilidade de zelar pelas riquezas naturais e qualidade de vida dos pernambucanos.

2.1 Avaliação de Impacto Ambiental

Avaliar o tamanho do impacto ambiental das empresas públicas e privadas que desejem empreender em Pernambuco é tarefa da CPRH.

Em 2009, grandes projetos de estruturação e geração de empregos para o Estado foram ou ainda estão sob avaliação da CPRH, como a Central de Tratamento e Destinação de Resíduos Sólidos (Recife Energia), a duplicação da rodovia PE-60 (nos trechos Suape, Entroncamento e Sirinhaém), e a pavimentação da rodovia vicinal a um segmento da BR-101 (Ponte-zinha).

Outras obras que vão mudar a vida dos pernambucanos da capital e do interior também foram analisadas, entre elas a do Sistema Adutor do Agreste, que pretende levar água tratada a 61 municípios do Estado, e a Via Mangue, empreendimento que tem a intenção de desafogar o trânsito para quem circula pela Zona Sul do Recife.

2.2 Audiências Públicas

Promover um amplo debate sobre as questões envolvendo os empreendimentos que se instalam em Pernambuco é a tarefa das audiências públicas, promovidas pela CPRH. Em 2009, duas importantes obras estruturadoras do sistema viário da Região Metropolitana do Recife estiveram

em pauta e mereceram a devida atenção: a Rodovia Vicinal BR-101 e a Via Mangue.

A Rodovia Vicinal da BR 101, em Pontezinha, é uma obra do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e teve audiência pública em julho, no Clube Intermunicipal, em Jaboatão dos Guararapes, com a presença de 700 pessoas. A Vicinal de Pontezinha consiste na implantação e pavimentação de uma via de seis quilômetros de extensão, ligando Barra de Jangada, em Jaboatão dos Guararapes, a Pontezinha, no



Cabo de Santo Agostinho, ao custo total de R\$ 13 milhões.

Já a Via Mangue, uma obra da Empresa de Urbanização do Recife (URB), pretende desafogar o trânsito na Zona Sul do Recife, viabilizando ainda a futura implantação do corredor viário Norte-Sul. Orçado em R\$ 331 milhões, o empreendimento teve audiência pública realizada em setembro de 2009, no Geraldão, com a presença de 1,8 mil pessoas.

Audiência Pública da Via Mangue atrai interesse da população



VIA MANGUE Quase duas mil pessoas estiveram no Geraldão, em mais uma audiência pública realizada pela CPRH

A Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH) promoveu no dia 30 de setembro a Audiência Pública para esclarecimento do projeto de construção de uma via paralela de acesso à Zona Sul do Recife, a Via Mangue. Mais de 1.8 mil pessoas estiveram no Geraldão durante o evento, que se estendeu pela manhã e parte da tarde, continuando a política do Governo do Estado em promover o debate amplo e democrático das intervenções que podem mexer com a rotina da população. A participação popular foi tamanha que mais de 600

pessoas entre os presentes tiveram a oportunidade de fazer perguntas por escrito aos responsáveis pelo projeto, a Empresa de Urbanização do Recife (URB), além de tirar dúvidas sobre possíveis impactos ambientais. Mais 29 inscritos fizeram suas observações verbalmente, utilizando um microfone.

A Via Mangue é um complexo viário que liga o bairro do Pina à avenida Antônio Falcão, nos dois sentidos, com aproximadamente 4,5 quilômetros de extensão. O objetivo do empreendimento é desafogar o trânsito no local, permi-

tindo o tráfego de veículos sem a utilização de sinais de trânsito, com a velocidade controlada em 60 quilômetros por hora.

Além dos benefícios viários, a Via Mangue vai propiciar ainda moradia melhor para cerca de 2.7 mil pessoas que habitam de forma precária comunidades instaladas no manguezal. Há ainda uma contrapartida ambiental, pois os mais de cem hectares que compõem a área de mangue a serem margeados pela via serão preservados de forma oficial, com a criação do Parque do Manguezal.

2.3 Licenciamento Florestal

As gerências de Controle e Monitoramento, e de Desenvolvimento e Conservação Florestal da CPRH não mediram esforços para vistoriar, monitorar e licenciar novos empreendimentos com potencial poluidor. Assim, a Agência garante a operação destas atividades obedecendo à legisla-

ção estadual que visa sempre à redução máxima dos impactos ambientais.

Dentre as atividades concernentes à área florestal, estão:

2.3.1 Reserva Legal

Em vigor desde 2008, a Lei Federal que regulamenta a criação de Reserva Legal

foi mais um instrumento utilizado pela CPRH em 2009. As reservas legais são áreas localizadas dentro de uma propriedade ou posse rural, excetuando as de preservação permanente.

Neste ano, 22 novas reservas legais foram aprovadas em Pernambuco, viabilizando assim o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação e reabilitação de processos ecológicos e da biodiversidade, além do abrigo e proteção da fauna e flora nativas.

2.3.2 Manejo Florestal Sustentável

A CPRH assumiu em 2006 a gestão florestal em Pernambuco, antes a cargo do Ibama. Desde então, 92 projetos estão sendo monitorados pela Agência, que aprovou em 2009, 22 novos projetos.

O manejo é um sistema que fraciona uma propriedade em lotes para o uso sustentável da flora, permitindo o controle da extração através da emissão do Documento de Origem Florestal (DOF), certidão obrigatória para o transporte e comercialização de madeiras em território nacional.

2.3.3 Carvoejamento

Atividade antes relacionada com condições precárias de trabalho, às vezes utilizando mão-de-obra infantil, e por ser responsável pela devastação de florestas nativas, além de altamente poluidora, o carvoejamento vem sen-

do monitorado de perto pela CPRH.

Além da desativação de fornos ilegais, através de constantes fiscalizações, a Agência também vistoriou empreendimentos, licenciando 16 novos projetos neste ano, todos obedecendo aos parâmetros exigidos pela legislação estadual, que visa minimizar os impactos ambientais da atividade.

2.3.4 Uso Alternativo do Solo

A legislação permite a supressão de uma parcela de vegetação nativa dentro de uma área rural para fins específicos, como o uso alternativo do solo ou investimento em infraestrutura. Cabe a CPRH analisar os pedidos e conceder ou não a autorização.

E assim ocorreu em 2009. Foram 25 vistorias em Pernambuco, com a Agência aprovando 24 delas, todas seguindo os parâmetros legais.

2.4 Licenciamento em Recursos Hídricos

Todo cuidado com a água dos pernambucanos. A CPRH avalia e licencia os empreendimentos que utilizam esse recurso tão fundamental, seja na perfuração de um poço até a construção de barragens e adutoras, além da utilização de fontes minerais. Em 2009, o número de licenças emitidas após a vistoria dos técnicos da agência ultrapassou os três dígitos.

Foram 1.049 licenças expedidas no ano, sendo sete licenças prévias (LP), 218 de instalação (LI) e 796 de operação (LO). A maior parte desta demanda (131) vem da Com-

panhia Pernambucana de Abastecimento (Compesa), responsável pela gestão de sistemas de distribuição de águas e adutoras, entre outras.



ÁGUA CPRH monitora e licencia empreendimentos que lidam com esse bem tão importante quanto escasso

TIPO DE LICENÇA	QUANT.
Autorização	01
Licença Prévia	07
Licença de Instalação	218
Licença de Operação	796
Indeferimento	11
Regularização	10
Cadastro de Poço	06
Total Geral	1049

CPRH é pioneira no licenciamento em alto-mar



PIONEIRISMO Barco faz a despesca de beijupirá em alto-mar, no primeiro empreendimento de aquicultura licenciado no Brasil

A CPRH é a pioneira no Brasil quando o assunto é o licenciamento ambiental de aquicultura em alto-mar. Em 2009, ocorreu a primeira despesca de beijupirá, “cultivado” a 11 quilômetros da costa pernambucana. Atualmente, são quatro tanques-rede, mas o projeto prevê a instalação de um total de 48, o que deve garantir a extração de até 500 toneladas de peixe.

Cada tanque-rede tem 15 metros de diâmetro, por 14 metros de profundidade. Eles são rebocados por cerca de 35 quilômetros até a

sede da empresa Aqualíder, na praia do Cupe, e abastecidos por um “peixoduto”. Em seguida, retornam ao alto-mar, onde a qualidade da água garante o crescimento rápido e saudável do beijupirá.

Aliás, a espécie nativa não foi escolhida por acaso. O beijupirá tem carne branca e filé alto, permitindo a utilização em vários ramos da gastronomia, incluindo a culinária japonesa, além de ser passível de defumação e salga, competindo desta forma com o bacalhau importado.

O impacto ambiental do empreendimento é praticamente nulo. A expectativa, inclusive, é de que a ração utilizada na alimentação dos peixes aumente os nutrientes da água e enriqueça a fauna marinha no local.





ESFORÇO CONJUNTO *Polícia Militar e CPRH em ação contra desmatamento no Estado*

Fiscalização

Oxigenada pela entrada em serviço dos novos concursados, a Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH) não deu trégua a quem insiste em não respeitar o meio ambiente. O ano de 2009 entrou para a história no quesito fiscalização, com a intimação de empreendedores operando sem licença, a apreensão de madeira extraída ilegalmente e a destruição de fornos clandestinos.

Coube a CPRH administrar que atividades operando fora dos parâmetros legais ou sem o devido licenciamento possam funcionar dentro da lei através de termos de Compromisso (TC) e de Ajustamento de Conduta (TAC).

3.1 Fiscalização Florestal

Através de ações em conjunto com o Ministério Público, Cipoma, Ibama e Polícia Militar de Pernambuco, a CPRH não deu trégua a quem não respeita o meio ambiente. Pelo menos 43 municípios do Estado foram fiscalizados em 2009, o que resultou em 116 intimações, além da apreensão de uma enorme quantidade de lenhas, varas, estacas e carvão, beneficiados com espécies nativas ou sem a devida apresentação do

Documento de Origem Florestal (DOF).

Os agentes da CPRH apreenderam ainda 210 toras provenientes da Mata Atlântica e 10 motosserras, destruindo ainda 35 fornos do tipo rabo-quente e outros sete trincheiras. A fiscalização se estendeu em empreendimentos como serrarias, madeireiras e panificadoras, resultando em 71 intimações por operação sem licenciamento.

No chamado Polo Gesseiro, no município de Araripina, no Sertão pernambucano, 150 toneladas de madeiras extraídas ilegalmente e que seriam utilizadas nos fornos das calcinadoras foram apreendidas pelos fiscais. A CPRH ainda inibiu o desmate da caatinga em seis propriedades rurais, que já alcançava uma área estimada em 10 hectares.



A Tropa de Elite da CPRH

Penetrar em densas florestas, encarar terrenos hostis e enlameados, carregar toras de árvores que pesam centenas de quilos e ainda correr o risco de ser alvejado por um tiro. A rotina parece ser a de um fuzileiro naval, mas essas são atribuições de biólogos e engenheiros florestais da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), que escolheram deixar de lado o conforto e a segurança de uma sala com ar-condicionado para defenderem a natureza a todo custo.

Em 2009, a “tropa de elite” da fiscalização da CPRH impediu a comercialização ilegal de mais de uma centena de toras de exemplares nativos, após várias incursões à Zona da Mata Sul de Pernambuco. Durante a fiscalização, com “direito” a mata cerrada e muita lama, eles ainda encontraram e destruíram, em plena Floresta Atlântica, fornos clandestinos que



FISCALIZAÇÃO *Agentes da CPRH fecham o cerco contra a extração ilegal de madeira*

transformavam madeira de lei em carvão. Três pessoas foram presas, incluindo uma armada.

Até no descanso os agentes da CPRH não dormem em serviço. Em Belo Jardim, no Agreste do estado, ao tomarem um cafezinho após o almoço, a fiscalização descobriu que a panificadora utilizava lenha ile-

gal. Resultado: outras 13 padarias acabaram autuadas no município. Para completar, sem ter onde deixar a madeira apreendida, os agentes pediram apoio à prefeitura local, que disponibilizou espaço no Matadouro Público. Só que o empreendimento funcionava sem licenciamento e, por ironia, também acabou autuado.



3.2 Fiscalizando fontes poluidoras

Numa ação envolvendo Ibama, Corpo de Bombeiros e a Vigilância Sanitária, a CPRH fiscalizou as lavanderias dos municípios de Caruaru, Riacho das Almas e Toritama, entre maio e outubro de 2009, atuando dezenas delas por descumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), chegando inclusive a interditar 14 empreendimentos em Caruaru.

A Diretoria de Controle de Fontes Poluidoras (DCFP) também fiscalizou a área aeroportuária, em parceria com a Uiga de Petrolina, Ibama e



LAVANDERIAS Empresas do polo de confecções do Agreste fechadas por não cumprirem a legislação.



POLUIÇÃO Fiscalização ostensiva para coibir abusos

Infraero, no dia 19 de junho, na intenção de implementar ações para minimizar o perigo do fluxo de aves no aeroporto do município sertanejo.

Ainda no Sertão, a CPRH tomou parte na Operação Sete Colinas, entre 28 de setembro e 2 de outubro, ao lado do Ibama, Receita Federal, Exército e o 72º Batalhão de Infantaria Motorizado.

Por fim, na Região Metropolitana do Recife (RMR), a CPRH, em parceria com a Companhia Independente de Policiamento ao Meio Ambiente (Cipoma), e a Secretaria de Meio Ambiente de Paulista, interditiu a Empresa Paulistex Indústria Ltda, em outubro.



AVALIAÇÃO *Águas dos rios que cortam o Estado em constante observação pela Agência Estadual*

Monitoramento

4.1 Monitoramento em Recursos Hídricos

A qualidade da água que os pernambucanos usam no dia a dia é monitorada frequentemente pela CPRH. Em 2009, 20 reservatórios, em sete bacias hidrográficas, receberam as visitas periódicas dos técnicos da Agência.

Foram monitorados bimestralmente pela Agência Estadual de Meio Ambiente os reservatórios de Guararema, Siriji, Palmeirinha, Jucazinho e Tapacurá, além de Botafogo, Duas Unas e Pirapama. As inspeções trimestrais dos técnicos da Agência ocorreram em Carpina, Cursai, Goitá, Várzea do Una, Matriz da Luz, Prata Meio, Gurjaú, Bitá, Utinga e Jangadinha. Os reservatórios de Bituri, Belo Jardim e Brejão são monitorados semestralmente.

As águas dos rios que cortam o Estado também são avaliadas pela CPRH. Nas 14 bacias hidrográficas monitoradas, medições físico-químicas e bacteriológicas são realizadas, além de testes ecotoxicológicos. São 83 estações de amostragem em trechos de captação para o abastecimento, regiões estuarinas, áreas de nascentes e até uma no mar, sob influência do rio Ipojuca.

A novidade em 2009 é o andamento do Projeto de Monitoramento da Qualidade da Água da Bacia do Rio São Francisco. São R\$ 196,9 mil destinados à aparelhagem do laboratório da CPRH, que viabilizarão a análise da água em 30 estações.

Utilizando seu laboratório, a CPRH monitora a qualidade das praias, seja no verão ou no inverno, a fim de manter o banhista pernambucano bem informado. A balneabilidade do litoral norte e sul do Estado, e também na Região Metropolitana do Recife, é medida periodicamente em 47 estações, além de outras quatro no Arquipélago de Fernando de Noronha. Em 2009, 1.167 coletas foram analisadas.

A Unidade de Análises Laboratoriais (Ulab) da CPRH também oferece seus serviços a terceiros, através de convênios, como o firmado com o Centro de Mamíferos Aquáticos do Ibama, monitorando semanalmente a qualidade da água dos aquários de criação dos animais em cativeiro.

O laboratório da CPRH coleta e analisa efluentes para indústrias, através de contratos firmados, servindo de suporte para pesquisas de universidades e até de outros laboratórios da região.

Fiscais da CPRH monitoram o rio Capibaribe

Uma ação conjunta entre profissionais da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) e da Diretoria de Meio Ambiente (Dirmam) da prefeitura do Recife iniciou, em setembro, o monitoramento sistemático do rio Capibaribe.

O objetivo da ação é consolidar os laços entre as equipes, compostas por biólogos, químicos industriais, engenheiros florestais e técnicos ambientais, no cumprimento do termo de cooperação técnica entre CPRH e Dirmam, buscando conhecer as condições da água do Capibaribe

e apontar fatores que comprometam a vida aquática em seu curso.

Os profissionais percorreram, neste primeiro momento, um trecho entre o marco zero do Recife e o bairro do Pina, fazendo a marcação dos locais de monitoramento e verificando lançamentos industriais inadequados. A CPRH utilizou recursos técnicos importantes, como aparelhos GPS, sondas para medição da quantidade de oxigênio dissolvido na água e dispõe, ainda, de



CAPIBARIBE *Técnicos da CPRH avaliam qualidade da água do rio*

parque laboratorial para análise de amostras de água.

As varreduras no Capibaribe acontecerão, inicialmente, de forma sistemática, no início de cada mês, com amostragem de outros pontos do rio.

4.2 Geoprocessamento

Mapear centímetro por centímetro do estado de Pernambuco foi a tarefa desenvolvida pelos técnicos em geoprocessamento da CPRH. Através da emissão de mapas foi possível garantir o monitoramento de diversos projetos envolvendo a CPRH, como os que preveem a criação ou ampliação de Áreas de Proteção Ambiental (APA), como as de Beberibe e Sirinhaém.

O mapeamento não é só em solo firme. Bacias e sub-bacias hidrográficas de Pernambuco também estiveram em pauta, como a dos rios Bita e Utinga, Goiana, Capibaribe, Botafogo, Ipanema, Moxotó, Pajeú, Terra Nova, Brígida, Garças e Pontal.

Os técnicos em geoprocessamento da CPRH também prestaram um apoio técnico no desenvolvimento do mapeamento de áreas de risco na Região Metropolitana do Recife (RMR), com ênfase no Complexo Industrial de Suape.

Tecnologia de ponta a serviço do meio ambiente



ARC GIS Funcionários da CPRH aprenderam a usar software de ponta na área de geoprocessamento

Biólogos e engenheiros florestais da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) aprenderam a manusear a principal ferramenta de criação, busca, mapeamento e análise de informações geográficas à disposição do homem: o ArcGIS. Através do programa é possível, por exemplo, monitorar unidades de conservação e áreas de proteção permanente já existentes no estado, assim como sugerir a criação de novas, tudo isso, em frente

à tela de um computador.

O ArcGIS foi desenvolvido pela multinacional norte-americana Eris e utiliza informações de satélites para simular digitalmente a formação geográfica da área selecionada. Em Pernambuco, só para se ter uma ideia, seria possível acompanhar periodicamente o desmatamento de uma área, planejando imediatamente um programa de restauração adequado. As imagens ge-

radas pelo ArcGIS facilitariam ainda a elaboração de corredores ecológicos no estado.

A mesma lógica pode ser usada para o controle do volume e extensão das bacias hidrográficas. O nível de sofisticação é tanto que é possível prever, através do cruzamento de informações sobre o relevo e índices pluviométricos, em que área haveria mais concentração de água no solo.

4.3 Unidades de Conservação

Através da Unidade de Gestão de Unidades de Conservação (Uguc), a CPRH vem monitorando as Áreas de Proteção Ambiental, em estações e reservas ecológicas.

4.3.1 APA de Guadalupe

A Agência Estadual de Meio Ambiente monitora constantemente todas as atividades na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe, em Tamandaré. Em 2009, a Agência investigou denúncias de uso de herbicida na zona rural do município, assinou termos de referência (como o da recuperação e restauração da mata ciliar do rio Saltinho) e realizou reuniões com órgãos e entidades para discorrer sobre os temas pertinentes ao meio ambiente.

Também foi feita uma série de vistorias para impedir a retirada ilegal de areia da praia e acompanhar o andamento dos projetos de assentamento de Amargi, Minguito, Laranjeiras e Mascatinho. A Educação Ambiental também esteve em pauta na APA de Guadalupe, com a realização de palestras sobre a Mata Atlântica, os manguezais e o ambiente recifal.

4.3.2 Estação Ecológica de Caetés

A estação situada em Paulista foi palco de visitas e matéria-prima para pesquisas, acompanhadas pela CPRH, de projetos de doutorados pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), por instituições de ensino ou pesquisa

de outros estados do Brasil (Escola Nacional de Botânica Tropical, do Rio de Janeiro), e do exterior, como o que observa os pequenos mamíferos neotropicais e seus parasitas, da Université de Provence, em Marselha, na França.

Animais silvestres capturados pelo Cipoma, Ibama, Polícia Militar e até por moradores de Paulista e Abreu e Lima foram devolvidos à natureza e agora têm como lar a Estação Ecológica de Caetés. Através de reuniões mensais, a CPRH utilizou a estação para disseminar a consciência ambiental com a comunidade circunvizinha, iniciativas pública e privada e ONGs.

4.3.3 Reserva Ecológica Matas do Sistema Gurjaú

O projeto de educação ambiental “Mata Atlântica: te estudo, te conheço, eu te quero bem” foi uma das ações desenvolvidas na Reserva Ecológica (Resec), situada no Cabo de Santo Agostinho. Além disso, a reserva realizou vistorias para averiguar denúncias de descarte irregular de resíduos sólidos, além de erosão e lançamento de substâncias tóxicas no rio Gurjaú.

A Resec Gurjaú ainda realizou vários atendimentos a demandas públicas, desde a concessão de mudas para a prefeitura de Abreu e Lima, ao acompanhamento das retiradas de outras 2.145 espécies nativas da Mata Atlântica do viveiro mantido pela empresa M.A. Ximenes.

Praia de Carneiros tira lixo da paisagem



PENTE-FINO Estudantes retiraram lixo acumulado em Carneiros, considerada a mais limpa do Estado

Sol, mar, água fresca e... lixo. Uma ação em conjunto envolvendo a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma) e o Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no último final de semana de setembro, na Praia dos Carneiros, em Tamandaré, mostrou que um problema comum em outros pontos do litoral brasileiro também está manchando o cartão postal da praia considerada até então destaque no quesito ambiental.

Ao todo, 25 alunos de diferentes cursos, mas com um objetivo em comum, passaram um “pente-fino” em três dos cinco quilômetros de extensão da área, incluindo a limpeza da água por uma equipe

de mergulhadores, numa forma de comemorar o Dia Mundial de Limpeza das Praias. A intenção era perceber até que ponto a Praia dos Carneiros, a 114 quilômetros do Recife, estava sendo afetada pela degradação ambiental. E o resultado não foi muito animador.

A variedade de lixo encontrada foi grande: sacos plásticos de bolacha, arroz, feijão, batata frita etc; latas de metal e vasilhames de vidro de cerveja; garrafas PETs de refrigerante e respectivas tampas; sandálias de borracha, pratos, copos, talheres e outros materiais descartáveis, incluindo aí fraldas; além de pontiagudos cacos de vidro e até arame farpado. Boa parte desse material levaria de centenas a milhares de anos para se degradarem.

A quantidade também impressionou. Para transportar as mais de uma centena de sacos de lixo foi necessária a ajuda de um barqueiro local, Edmilson Ferreira, que cedeu uma jangada a motor, acompanhando a comitiva no trajeto. A embarcação ficou repleta. O detalhe é que a prefeitura de Tamandaré já havia feito uma ação semelhante há cerca de 15 dias.

Além da limpeza da praia, os organizadores realizaram palestras sobre poluição marinha para os frequentadores dos três principais bares da área, que abraçaram o projeto. “Adorei, deviam fazer isso em todo litoral”, afirmou a nutricionista Rose Lins, que deixou por alguns minutos o sombrero do Bar da Prainha só para assistir à apresentação.

4.4 Termos de Compromisso, de Ajustamento de Conduta e Convênios

4.4.1 Termos de Compromisso

A Agência Estadual de Meio Ambiente

monitora 21 usinas em Pernambuco que assinaram o Termo de Compromisso, envolvendo ainda a Secretaria de Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Sectma), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e o Sindicato da Indústria do

Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindacucar). O objetivo deste Termo de Compromisso é fixar estratégias e prazos para que as usinas desenvolvam ações de adequação à legislação ambiental, recuperando Áreas de Preservação Permanente (APP) e instituindo outras de Reserva Legal.

Através de termos de compromissos, a Agência monitora também a recuperação de áreas degradadas em cinco projetos, em conjunto com a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) e a Secretaria de Turismo de Pernambuco (Setur).

4.4.2 Termos de Compensação Ambiental

Quando o dano ambiental é irreversível, cabe ao empreendedor ressarcir-los à sociedade de forma pecuniária. A Agência Estadual vem assinando Termos de Compensação Ambiental, conforme se pode ver no quadro abaixo.

4.4.3 Termos de Convênio

A Agência Estadual assinou convênio no valor de R\$ 624.3 mil com o Ministério do Meio Ambiente para o mapeamento de áreas de risco de acidentes com produtos perigosos, na Região Metropolitana do Recife, prevendo o aumento ainda maior de fluxo de veículos motivado pela atuação cada vez mais constante no Complexo Portuário de Suape.

Em outro convênio, desta feita firmado com a Agência Nacional de Águas, no valor de R\$ 179 mil, para monitorar a qualidade da água na Bacia do Rio São Francisco em Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

A instalação de uma estação meteorológica e de monitoramento da qualidade do ar no Complexo Industrial de Suape também foi fruto de um convênio, entre a Agência Estadual de Meio Ambiente e a Refinaria Abreu e Lima, prevendo o investimento de cerca de R\$ 2.5 milhões.

Termos de Compensação Ambiental firmados pela CPRH

Termos de Compensação Ambiental firmados pela CPRH			
01	TCA n.º 002/1998 e 011/2004 celebrado entre a CPRH/SUAPE/TERMOPE.	Desenvolvimento das unidades de conservação das Matas de Zumbi e de Duas Lagoas situadas na área do Complexo Industrial Portuário de Suape, no Município do Cabo de Santo Agostinho.	R\$ 3.918.758,40
02	TCA n.º 066/2005 celebrado entre CPRH e a Camargo Corrêa Construções	Compensação ambiental por impactos causados a ecossistemas naturais em virtude da implantação e operação de um Estaleiro na Zona Industrial Portuária de Suape.	R\$ 1.293.778,85
03	TCA n.º 001/2006 celebrado entre a CPRH/S/A Paulista de Construções e Comércio	Compensação ambiental por danos irreversíveis e não mitigáveis que serão causados à biodiversidade em decorrência da supressão de sete hectares de Mata Atlântica em estágio médio de regeneração.	R\$ 24.288,94
04	TCA n.º 002/2006 celebrado entre a CPRH e a MGBRBA Indústria e Comercio S/A	Compensação ambiental por danos irreversíveis e não mitigáveis que serão causados à biota aquática do Rio Tatuoca, em decorrência da operação da Unidade Industrial para Fabricação de Ácido Tereftálico Purificado (PTA)	R\$ 5.550.000,00.

Comunicação e Educação Ambiental



Boa educação é tudo na vida. E também na área ambiental. Além de licenciar, monitorar e fiscalizar, a CPRH se preocupa em evitar que o dano ambiental ocorra, através de atividades relacionadas à educação ambiental.

Em 2009, os agentes de Educação Ambien-

tal empreenderam várias ações em treinamento e mobilização para audiências públicas, além da realização de seminários e participação em congressos, destacando a recepção de uma Missão Francesa a Pernambuco e a realização da Semana de Meio Ambiente.

5.1 Semana do Meio Ambiente

Como já virou tradição, a Agência Estadual realizou mais uma edição da Semana do Meio Ambiente, entre 1º e 5 de junho deste ano, desenvolvendo ações na Região Metropolitana do Recife e também no interior de Pernambuco. A programação foi voltada para disseminar as informações sobre meio ambiente para diferentes públicos, como estudantes, pesquisadores e funcionários e gestores públicos.

Uma das ferramentas utilizadas no fomento da consciência ambiental foi a peça de teatro inclusivo "E eu com isso?", encenada no Auditório da Celpe, na Boa Vista. Cerca de mil alunos de 20 instituições da Rede Pública de Ensino do Estado, dos municípios de Recife, Paulista, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca e Camaragibe, tiveram contato com

as questões envolvendo a defesa do meio ambiente através de uma abordagem didática diferenciada.

Entre os presentes, destaque para os alunos da Escola Municipal Chico Mendes, que atende crianças do assentamento do Movimento pela Libertação dos Sem Terra (MLST), em Ipojuca, além de uma turma composta por 19 estagiários da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida),



E EU COM ISSO? *Estimulando a consciência ambiental em crianças através do teatro*



OFICINA *Evento ensinou a arte de reciclar, ainda mais em tempos de crise mundial*

da Prefeitura da Cidade do Recife.

A novidade em 2009 foi que portadores de deficiência auditiva tiveram acesso à peça "E eu com isso?", como os estudantes surdos-mudos do Colégio Barbosa Lima, através do auxílio de um intérprete de libras.



PRÊMIO *Representantes da Eteпам recebem o Vasconcelos Sobrinho das mãos do presidente da CPRH (D)*

A programação contou ainda com a realização de uma oficina de artesanato com materiais recicláveis, em Nazaré da Mata. Com o título “Na Criße, recicle”, a iniciativa traduziu a preocupação mundial envolvendo geração de renda e preservação dos recursos naturais.

Em Caruaru, aconteceu o seminário “CPRH – Interiorizando as ações de Educação Ambiental”, tendo como público gestores e servidores públicos do município e também de outras localidades circunvizinhas, como Taquaritinga do Norte, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Brejo da Madre de Deus.

A Semana de Meio Ambiente também recebeu a 24ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), realizada em Ipojuca.

O ponto alto, porém, foi a cerimônia do Prêmio Vasconcelos Sobrinho. Em sua 19ª edição, a láurea mais importante na área de meio ambiente de Pernambuco reconheceu pessoas, empresas e instituições com ações em prol da melhoria das condições ambientais. A premiação ocorreu no dia 5 de junho, num evento para 300 pessoas em um bufê no bairro de Casa Forte.

Foram agraciados com o Prêmio Vasconcelos Sobrinho pela CPRH o diretor-presidente da Agência Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Fernando Cardozo Rei, o Jardim Botânico do Recife, um dos fundadores da Associação de Meio Ambiente de Pernambuco (Amape), Luiz Carlos Correia, a Escola Técnica Estadual Professor Agamenon Magalhães (Eteпам) e o Centro Escola Mangue.

5.2 Semana da Água

Todo ano o Dia Mundial da Água é comemorado no Brasil em 22 de março. Mas para a CPRH, esse bem tão importante quanto escasso é especial ao ponto de não merecer uma única data, mas uma semana inteira. De 23 a 27 de março de 2009, uma programação elaborada pela Agência visou promover a reflexão sobre a situação dos recursos hídricos no Estado.

Palestras versaram sobre a realidade atual



VISITA Estudantes de Nazaré da Mata conheceram uma estação de tratamento

da gestão dos recursos hídricos, com destaque para a escassez do volume de água doce disponível no planeta, além da apresentação de um mapa revelando a qualidade das águas superficiais em Pernambuco.

Atividades paralelas chamaram a atenção da população sobre a importância da água, como uma exposição fotográfica on line e a encenação da peça teatral "A História da Gota Gaiata", destinada às crianças. Ainda no quesito "conscientização infantil", 80 estudantes da Rede Pública de Ensino do município de Nazaré da Mata fizeram uma visita à Estação de Tratamento de Água (ETA) local.

A Semana da Água de 2009 serviu ainda para que a CPRH aproveitasse a data para titular uma área de 101 hectares em Gravatá como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Batizada de Karawa-Tã, a área tem agora preservada a biodiversidade e aspectos paisagísticos, como relevos rochosos e riachos intermitentes, característicos do bioma caatinga.

5.3 Mobilizações

Antes de cada audiência pública ser realizada, a equipe de Educação Ambiental da CPRH entra em campo para esclarecer a população que habita o raio de ação do empreendimento sobre a importância da participação no evento.

A estratégia inclui o reconhecimento da área e visita a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, associações de moradores, centros comunitários, sindicatos, estabelecimentos de ensino, clubes sociais, unidades de saúde, instituições religiosas, e indústrias e comércio locais.

Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Vitória de Santo Antão, São Lourenço da Mata, Cabo de Santo Agostinho, além dos bairros e comunidades do Recife, como Boa Viagem, Pina, Brasília Teimosa, Pantanal, Paraíso, Xuxa e Jardim Beira-Rio, receberam a visita dos agentes da CPRH, mobilizando os habitantes para as audiências públicas que envolviam a Unidade Térmica de Tratamento de Resíduos Sólidos, em Moreno, a pavimentação da Rodovia Vicinal à BR-101, em Pontezinha, e o projeto da construção da Via Mangue, na Capital.

Missão Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade no meio ambiente

Em pleno Ano da França no Brasil, a CPRH recebeu a visita para estudos de uma Missão Francesa, em abril de 2009. Durante 12 dias, os alunos e professores da ONG francesa “Leçon par Coeur” tiveram a oportunidade de conhecer e participar de ações socioambientais em comunidades pernambucanas que mantêm acordo de cooperação com a CPRH.

O ponto alto da visita foi a implantação do programa de formação de agentes



FRANCESES Missão entrou em contato com a natureza pernambucana durante caminhada pela mata atlântica.

socioambientais em tais comunidades, através do treinamento e da doação



DOAÇÃO Estudantes franceses entregam equipamento de coleta seletiva para escolas do MLST em Ipojuca

francesa de equipamentos para seleção do lixo gerado pela própria comunidade. Equipamentos estes que passam a servir como fer-

plurianual da CPRH, visando a multiplicação de educadores ambientais.

Os estudantes franceses ainda percorreram uma trilha na Mata Atlântica, aprenderam no Espaço Ciência e também viveram a experiência de contato com movimentos sociais, como quando ensinaram crianças de uma escola na comunidade de Santana, Zona Norte do Recife.

A iniciativa faz parte da estratégia da Agência de estabelecer parcerias com organizações estrangeiras, a fim de estabelecer um intercâmbio tecnológico na área ambiental.



TREINAMENTO *Participantes conheceram mais sobre temas envolvendo questões ambientais*

5.4 Minicursos

Se ensinar é plantar uma semente, os agentes de Educação Ambiental da Agência Estadual de Meio Ambiente esperam uma boa colheita.

Nos dias 2 e 3 de junho, 35 gestores municipais, funcionários públicos e professores de Caruaru, Brejo da Madre de Deus, Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte assistiram a palestras e exibição de vídeo, além de vivenciarem uma dinâmica, culminando com a elaboração de uma proposta de ação em Educação Ambiental em suas cidades.

Professores e merendeiras da Rede Municipal de Ensino de Ipojuca, e lideranças do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra (MLST) participaram

do minicurso, realizado em parceria com o Complexo Industrial de Suape, entre 18 e 21 de agosto de 2009. Ao todo, 33 participantes tiveram a oportunidade de aprender mais sobre temas envolvendo as questões ambientais, gestão de resíduos sólidos e conservação da Mata Atlântica, numa ação de desdobramento da Missão Francesa que visitou o Recife no primeiro semestre.

5.5 Portal da CPRH

O Portal da CPRH continuou sendo uma importante ferramenta de comunicação entre a Agência e o público. Foram criadas novas seções e as notícias das ações e atividades ampliadas. Os serviços incluem a informação, atualizada semanalmente, sobre as condições de balneabilidade das praias de Pernambuco e do Arquipélago de Fernando de Noronha.

Outro serviço importante prestado pelo Portal da CPRH é a divulgação dos Relatórios de Impacto Ambiental (Rima) para conhecimento do público, atendendo determinação da legislação ambiental. O manual sobre Caixa de Fumaça, destinado aos proprietários de padarias, e a cartilha de educação ambiental “E Eu com Isso?” também estão disponíveis na web. Informações sobre as Unidades de Conservação igualmente foram disponibilizadas.

Os novos concursados, aprovados na seleção realizada em 2008, também puderam acompanhar as nomeações através do Portal da CPRH.

5.6 Comunicação Social

As ações da CPRH são divulgadas através do Núcleo de Comunicação Social e Educação Ambiental – NCSEA da Agência. Fiscalizações, campanhas educativas, promoções e resultados de monitoramento são levados ao conhecimento da população por meio do portal da Internet, de programas de rádio, televisão e matérias em jornais de

grande circulação, além dos veículos oficiais do estado, a exemplo do Diário Oficial e do portal do Governo na internet.

No ano de 2009, o NCSEA produziu cerca de oitenta matérias sobre as atividades da CPRH, todas publicadas no portal www.cprh.pe.gov.br. Sites especializados em meio ambiente acompanharam essa produção de notícias e alimentaram suas seções, atualizando seu conteúdo e divulgando o trabalho da CPRH na proteção dos recursos naturais.

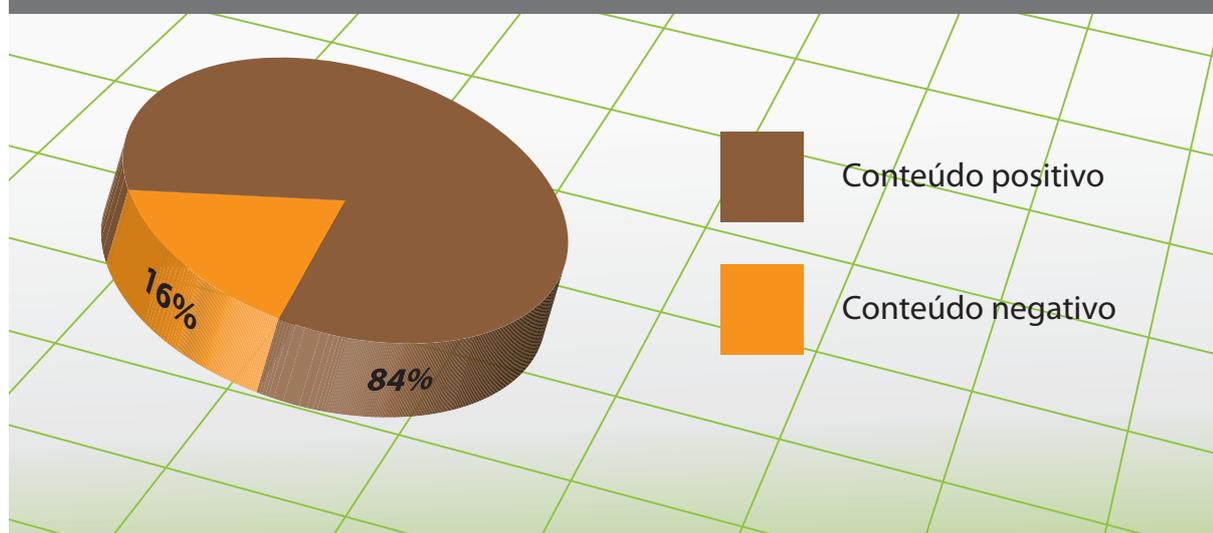
O Núcleo de Comunicação também foi responsável pela elaboração de publicações internas, como jornais institucionais, além de acompanhar a edição de manuais técnicos produzidos pela Agência Ambiental.

A tabela a seguir mostra a quantidade de matérias com citações da CPRH em jornais impressos, rádio, televisão e na Internet, além da análise qualitativa de seu conteúdo (positiva ou negativa).

Veículo	Matérias*	Positivas	Negativas
Jornal	229	193	36
Rádio	96	64	32
Televisão	12	6	18
Internet	344	316	28
Total	681	579	114

*Até novembro de 2009

Análise do conteúdo das matérias sobre a CPRH nos diversos veículos em 2009



38

Matérias se referindo a CPRH

CPRH
Agência
Estadual de
Meio Ambiente

Mês	Jornal		Rádio		Televisão		Internet	
	Posit.	Negat.	Posit.	Negat.	Posit.	Negat.	Posit.	Negat.
Janeiro	23	2	7	3	-	-	25	2
Fevereiro	15	4	6	2	-	-	26	2
Março	16	4	3	-	-	-	42	5
Abril	20	2	6	1	-	-	28	-
Maio	09	-	1	-	-	-	7	2
Junho	10	1	3	-	-	-	33	-
Julho	29	19	14	15	1	-	40	10
Agosto	18	2	6	1	-	-	27	1
Setembro	25	-	10	3	3	3	43	3
Outubro	23	1	5	5	7	2	36	2
Novembro	05	1	3	2	1	1	9	1
Total	193	36	64	32	12	6	316	28



CPRH Agência
Estadual de
Meio Ambiente

SECRETARIA
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E MEIO AMBIENTE

